

PORTARIA Nº 11/2026

Dispõe sobre a instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade civil, nexos causal e possível quantificação de eventuais danos causados a terceiros em razão dos fatos ocorridos na Avenida dos Borguesi, município de Andradás, no dia 12 de fevereiro de 2026

O CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO - AMARP, consórcio público de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 17.415.571/0001-90, com sede a Rua Rainha do Céu, nº 248, Bairro Santa Cruz, Caldas/MG, CEP 37.780-000, neste ato representado pelo seu presidente em exercício, o Sr, **ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL**, brasileiro, casado, advogado, Prefeito Municipal de Ouro Fino/MG, portador do RG nº MG-8.456.171 SSPMG, inscrito no CPF sob nº 043.658.296-10, residente e domiciliado à Avenida Dr Raul Apocalipse, nº 540, Bairro Alterosa, Ouro Fino/MG, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Art. 37, §6º, da Constituição Federal, e os termos do Contrato de Consórcio Público da Associação dos Municípios da Microrregião do Alto do Rio Pardo – AMARP;

CONSIDERANDO o incidente ocorrido na Avenida dos Borguesi, município de Andradás, no dia 12 de fevereiro de 2026, envolvendo um veículo de propriedade da AMARP a serviço do Município de Andradás;

CONSIDERANDO que o incidente provocou a queda de estruturas gerando possíveis danos materiais ao patrimônio da AMARP e de terceiros;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar as circunstâncias do incidente, bem como, a responsabilidade dos envolvidos;

CONSIDERANDO que a Administração Pública responde objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, eventualmente causarem a terceiros;

CONSIDERANDO o dever de autotutela administrativa e a necessidade de observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar o rito procedimental para apuração das circunstâncias e o eventual reconhecimento de danos causados a terceiros, garantindo a ampla defesa e o contraditório;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído, em âmbito interno, Procedimento Administrativo de Apuração de Fatos e Eventos Danos a Terceiros (PAAFD), destinado a investigar as circunstâncias objetivas ocorridos na Avenida dos Borguesi, município de Andradas, no dia 12 de fevereiro de 2026 e a eventual ocorrência de danos materiais causados a terceiros, bem como a existência de nexo de causalidade entre a conduta administrativa e o prejuízo relatado.

Art. 2º. O procedimento tem por finalidade:

I – Verificar as circunstâncias objetivas do caso e a ocorrência, ou não, de fato danoso à AMARP ou a terceiros;

II – Identificar o nexo causal entre a ação ou omissão da AMARP e seus prepostos e os danos apurados;

III – Identificar eventual culpa exclusiva de possíveis vítimas ou de terceiros, como excludentes de responsabilidade;

III – Quantificar eventuais indenizações por danos devidamente comprovados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Caldas, 13 de fevereiro de 2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Consórcio Público dos Municípios da Microrregião do Alto Rio Pardo

AMARP